

Diálogos sobre acessibilidade em transporte e mobilidade humana**Dialogues on accessibility in transport and human mobility**

DOI:10.34117/bjdv6n8-561

Recebimento dos originais: 08/07/2020

Aceitação para publicação:25/08/2020

Maudeth Py Braga

Graduação em Psicologia pela UFRJ

Especialização em Recursos Humanos pela PUC-Rio

Mestre em Psicologia Social pela UERJ

Doutoranda em Psicologia no Programa de pós-graduação em Psicologia da UFF

Instituição: Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta no Instituto de Psicologia

Endereço: Travessa Faria, 28 apto 1106. Santa Rosa. Niterói/RJ. CEP: 24240170

E-mail: maudethpy@id.uff.br

Vinicius Jeronimo da Silva

Psicólogo (bacharel)

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Rua General Andrade Neves, 112 - apto 802, CEP 24210-000

E-mail: viniciusjeronimo@gmail.com

Paola Carneiro Pessoa

Graduação em Sociologia (bacharel) pela Universidade Federal Fluminense-UFF

Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da

Universidade Federal Fluminense-UFF

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Estr. Francisco Da Cruz Nunes, 777, casa 83. Piratininga. CEP 24.350-370

E-mail: paolacp20@yahoo.com.br

Ingrid Medeiros de Andrade

Titulação: Psicólogo (bacharel) - Universidade Federal Fluminense

Especialização em Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Rua Juazeiro LT 23 - QD 191, Trindade, São Gonçalo. CEP: 24456210

E-mail: ingridmedeiros501@gmail.com

Kamilly Vieira Cardoso da Silva

Sociologia (bacharel)

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Rua Dr. Nilo Peçanha 1170, bloco 2 apto 1004, Mutondo -São Gonçalo RJ CEP: 24445-345

E-mail: kamillyvieira@yahoo.com.br

Suelen Costa de Souza

Psicólogo (bacharel) Faculdade Maria Thereza
Especialização em Psicopedagoga. Universidade Candido Mendes.
Endereço: Rua Oswaldo Cruz, número 55, apt:401. Icarai/Niterói, RJ. CEP: 24230-310
E-mail: suelen_souzaa@hotmail.com

Julia Reis Nucci

Psicologia (bacharel)
Instituição: Universidade Federal Fluminense
Endereço: Rua Voluntários da Pátria 98 bloco b 906. Rio de Janeiro. CEP: 22270010
E-mail: ju.nucci@hotmail.com

Beatriz Reis Soares da Costa

Psicologia (bacharel)
Instituição: Universidade Federal Fluminense
Endereço: Rua Doutor Sardinha 181 apto 1005 - Santa Rosa, Niterói. CEP 24240660
E-mail: beatrizrsdacosta@outlook.com

Marcia Martins e Oliveira

Graduação em Serviço Social pela UFF
Graduação em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP
Endereço: Rua: Euzébio de Queiros, 58. Sobrado. Centro. Niterói/RJ. CEP: 24030-190.
E-mail: marciameoliveira@gmail.com

Valéria de Fátima Soares Marques Coelho

Graduação em Fisioterapia. Faculdade de Reabilitação da Associação de solidariedade à criança excepcional – FRASCE
Mestrado pela Escola de Educação Física e Desporto da UFRJ
Instituição: Associação Fluminense de Reabilitação. AFR
Endereço: Rua Andrade Pinto, 151. Casa A. Bairro de Fátima. Niterói/RJ. CEP: 24070-000.
E-mail: valeria_marques_65@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho propõe um outro olhar possível sobre a questão da deficiência, a partir de um afastamento do referencial estritamente biomédico e normativo sobre o corpo - que enxerga o corpo deficiente a partir de uma concepção de falta. Uma outra forma de pensar a deficiência emerge tendo em vista uma dimensão sensível do campo da reabilitação. Trata-se também de uma dimensão sócio-política, na medida em que o conceito de deficiência é então conjeturado a partir de uma articulação com o campo social que o enreda, através de uma perspectiva cartográfica. Quais são as barreiras visíveis e invisíveis que atravessam a mobilidade humana? É a pergunta que indaga o trabalho que se desenvolve a partir da problematização de questões relativas à mobilidade no cotidiano, tendo como matéria-prima de transversalização falas suscitadas em rodas de conversa sobre o tema.

Palavras chave: deficiência, corpo, acessibilidade, mobilidade.

ABSTRACT

The presented work proposes another possible view about the term disability, from distance of the strictly biomedical and normative reference about the body - that understands the body with

disability in a certain conception of absence. Another possible way of rethinking disabilities arise bearing in mind a sensitive dimension about the reability area. It is also about a social and political dimension, as the concept of disability is constituted from an articulation with the social field that encompass it, approaching a cartographic perspective. Which are the visible and invisible barriers that get in the way of the human mobility? That is the question this work asks. It is also developed from the questioning about raised issues related to mobility in everyday life, having as mainstreaming starting material the speaking emerged in the rounds of conversations about the main theme.

Keywords: disability, body, accessibility, mobility.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é fruto do projeto de extensão “Reabilitação humana, trabalho e inserção social” que, iniciado em 2006, é uma parceria entre o Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) e a Associação Pestalozzi de Niterói. A discussão aqui presente considera a necessidade de apreender a deficiência a partir do compartilhamento de experiências, recorrendo a rodas de conversa realizadas.

A partir da crítica a um modelo estritamente biomédico que articula a noção de deficiência como fator limitante da experiência corpórea e social, a aposta do percurso é na composição de espaços de discussões para traçar um movimento de pesquisa que se aproxime da questão da deficiência de forma situada e singular. Na medida em que se abre uma certa escuta para diferentes realidades sociais, se afirma a potência que habita na diferenciação entre muitos - deficientes e não deficientes - para que na multiplicidade seja possível pensar linhas de fuga e estratégias de resistência à uma certa institucionalização da deficiência. Trata-se de pensar produções de subjetividade que são singulares ao mesmo tempo em que dizem de uma construção coletiva que atravessa intrinsecamente o campo social, tendo como recorte-problema a mobilidade urbana.

O objetivo geral deste artigo/trabalho é pensar como a questão da mobilidade urbana está colocada para aqueles que possuem alguma limitação motora relacionada a deficiência, ou seja, considerando os impedimentos advindos das condições socioambientais. A partir do momento em que o próprio espaço urbano com seus obstáculos - visíveis e invisíveis- se configura como produtor de inabilidade, incapacidade, é reforçada a noção de que a deficiência está centrada na pessoa e não no meio que a circunda. Corroborando a formulação de políticas e ações direcionadas a essa população, tendo como parâmetro a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, a ideia é se debruçar sobre uma outra problemática que está dada nas barreiras físicas, sociais e políticas que atravessam a mobilidade humana. Um

desafio do projeto de extensão foi, durante o percurso, levantar perspectivas de otimização relativas ao cumprimento de políticas públicas acerca da acessibilidade.

As rodas de conversa foram realizadas em prol do fomento de espaços de discussão acerca do tema da deficiência e mobilidade urbana. Diz de uma aposta no compartilhamento de experiências para pensar a intervenção como um campo aberto. Tal abertura possibilita a emergência de potencialidades a partir do encontro com a diferença, com aquilo que nos constrange, vitaliza e modifica. A própria participação de uma psicóloga cega que trabalha na área da educação em uma das rodas de conversa, nos permitiu questionar o próprio título do trabalho e a forma como estávamos armando o campo de pesquisa.

Temos como objetivos específicos: repensar discursos de saber-poder que excluem a dimensão social da questão da deficiência; identificar e problematizar questões cotidianas no trânsito por profissionais e usuários; e mapear propostas de melhoria das condições de acessibilidade em transporte.

As rodas de conversa tiveram como composição alunos da graduação da UFF, Faculdade Maria Thereza - FAMATH e Universidade Salgado de Oliveira -UNIVERSO, bolsista e não-bolsistas do projeto de extensão, das áreas de Psicologia e Sociologia. Contou ainda com a presença de psicólogas, um taxista, uma bolsista e técnicos-administrativos da PROEX.

2 DESENVOLVIMENTO

Adota-se uma perspectiva histórica das noções de deficiência e reabilitação. As primeiras concepções de deficiência advém de um modelo biomédico de compreensão, que traduz um pensamento individualizante, ou seja, considera a deficiência como uma lesão ou uma falta que marca um corpo e que impede a participação do indivíduo na sociedade. A noção de deficiência vigente deriva do latim - ETIM lat. *deficiens,ntis* 'falho, incompleto' - e essa concepção de modo geral tem norteado as práticas em reabilitação. Os parâmetros de normalidade nesta área do conhecimento estão vinculados tais como a composição anatômica, dinâmica fisiológica e funcionamento biológico.

Em contraponto, o modelo social da deficiência critica uma ótica hegemônica de normalidade, ainda que admita as necessidades de tratamento e/ou reabilitação. O que se propõe é a desnaturalização da deficiência como déficit e a necessidade de se politizar essa questão, uma vez que está ligada a uma dinâmica social que atravessa a todos. Tal como aponta Diniz, a "deficiência não se resume ao catálogo de doenças e lesões de uma perícia biomédica do corpo (DINIZ et. al,

2009, p. 21). É um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos."

"Assim como para o sexismo ou o racismo, essa nova expressão da opressão ao corpo levou à criação de um neologismo, ainda sem tradução para a língua portuguesa: disablism (DINIZ, 2007, p. 9). O disablism é resultado da cultura da normalidade, em que os impedimentos corporais são alvo de opressão e discriminação". A crítica do modelo social a um padrão de normalidade é congruente com as contribuições de Canguilhem para se pensar o processo de normalização na sociedade moderna. Segundo o autor: normalizar é impor uma exigência a uma existência" (CANGUILHEM, 2014, p.189). É na relação com o meio que a referência de normalidade precisa ser tomada de modo a favorecer espaços às variações, às inventividades de outras normas. Nesse sentido, a norma é elástica. Canguilhem ainda nos diz que "o normal não é um conceito estático ou pacífico, e sim um conceito dinâmico e polêmico" (CANGUILHEM, 2014, p.189). Esse posicionamento convoca a outros modos de perceber a deficiência fora da díade normal-anormal posta nas classificações de doenças. O que cada experiência com a deficiência nos interroga? Que outros modos possíveis de estar no mundo são criados e recriados cotidianamente? Neste trabalho focalizamos a questão da mobilidade na cidade e nos interessa identificar impasses, questões e enfrentamentos que o deslocamento na cidade produz. Como a questão da mobilidade urbana atravessa as práticas em reabilitação?

É importante pensar que o saber médico científico trata de uma deficiência que está dada no corpo, centrada na pessoa, diz de uma instituição da deficiência. "Ao propor que os processos institucionais ocorrem dentro de campos discursivos, o argumento apresentado é o de que tais processos servem à produtividade das relações de poder nesses campos. Práticas que são institucionalizadas são práticas que funcionam, ou seja, práticas necessárias e úteis ao exercício do poder" (PECI et al., 2006).

Segundo Foucault, discursos operam regimes de visibilidade e dizibilidade, o que é isso? Como pensar um discurso que se vale de um certo estatuto de verdade acerca do que é a deficiência? O que estes discursos produzem? Mais além, o que é visto/não visto ou dito/não dito? Diz de uma forma de compor e fazer ciência e profissão. O discurso médico é um mecanismo de manutenção de tal saber-poder. A crítica está não naquilo que a ciência médica compõe como melhoria de vida a partir de práticas de reabilitação, mas o que certos discursos e práticas invisibilizam e silenciam. Que outras dimensões são possíveis acerca do que é deficiência?

A partir deste referencial de um modelo biomédico, cuja questão da deficiência está centrada no corpo da pessoa, fica difícil pensar e articular práticas de reabilitação que integrem a pessoa com deficiência na sociedade uma vez que, a partir de múltiplas tentativas, estas são cotidianamente incluídas num parâmetro utópico de normalidade, porque inatingível. Há, portanto, um esgotamento desse discurso no sentido de promoção de igualdade e cidadania.

Pensando a deficiência em outro escopo, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas foi um marco regulatório mundial. Ressalta como definição de pessoas com deficiência: "aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU], 2006a, artigo 1º). O trabalho possui, por conta de um engajamento ético-político, a necessidade de pensar como certas diretrizes internacionais acerca da legislação de acessibilidade ajudam no fomento de políticas públicas regionais e nacionais para implementação de melhorias. Nesse sentido, em janeiro deste ano entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). É importante observar que tanto a Convenção da ONU quanto a Lei brasileira de Inclusão são resultantes dos movimentos da pessoa com deficiência e de outros movimentos sociais. Além disso, levam tempo para ganhar efetividade, seja devido a regulamentações necessárias, seja porque precisam ganhar materialidade no viver nas cidades.

Muito se pensou sobre a questão da sociabilidade no percurso do projeto de extensão. É importante atentar para esta dimensão social da mobilidade humana na medida que o encontro com as diferenças é tomado como aposta potente.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de uma aposta cartográfica como método de pesquisa, se valendo também de contribuições etnográficas para melhor apreensão do campo. Cartografar é traçar um plano comum. A referência é oriunda do conceito apresentado por Gilles Deleuze e Félix Guattari na Introdução da obra *Mil Platôs*, cuja obra se recusa a retratar uma "imagem de mundo"; ao invés disso, afirma o acompanhar de processos.

"Nesse mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem uma mesma entrada. São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de "o mesmo" não possa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma" (PASSOS et al., 2009).

A metodologia do método cartográfico diz uma "aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção"(PASSOS et al., 2009).

Contudo, desta maneira atentamos para uma implicação inerente à ação extensionista aqui proposto, que deve ser tomada em uma dimensão ético-política. A etnografia compõe com esta perspectiva de pesquisa na medida em que fornece pistas de apreensão do campo, a partir de registros descritivos das rodas de conversa realizadas, de algumas palestras e idas a campo, como à Associação Pestalozzi, à Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a própria Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).

4 RESULTADO COM DISCUSSÃO

Contamos com a participação de M. psicóloga, cadeirante. Ela nos relatou experiências cotidianas de indignação: "Eu não sei para que é que tem as leis se ninguém respeita".

Segundo o relato de um taxista C., por exemplo, o tema é considerado um tabu. Além disso, dispara: "O taxista já acorda devendo um X". Nesse sentido, C. afirmou a necessidade de pensar a qualidade do serviço de motoristas diretamente relacionados a premissa de produtividade e lucratividade do capital: "para o taxista, tempo é dinheiro e pegar passageiro com deficiência requer mais tempo". O curioso é como a problemática é atravessada pelo analisador dinheiro. A deficiência se tornou um segmento de mercado.

Problematizamos a interação entre deficiente e taxista, e surgiu a pergunta: Por que taxistas evitam transportar passageiros com deficiência? C. nos relatou que há muitas dúvidas por parte dos taxistas em como transportá-los. Em seguida M. dispara: "Porque não pergunta?" e C. responde: "Eu tenho medo de te machucar".

Uma outra psicóloga A. que é cega, nos disse: "A acessibilidade é a forma de facilitar, favorecer a mobilidade, mas parece que há um movimento contrário". Abordando problemas relativos a falhas de acessibilidade num projeto de reforma urbanística em Niterói, A. dispara: "Se as pessoas não são afetadas de que a cidade é para todos, as modificações da cidade - como o piso tátil - ficam mais como obrigação, então acabam sendo feitas de qualquer jeito".

Buscamos aqui suscitar recortes a partir de potentes falas das rodas de conversa que nos trouxeram como resultado a apreensão de sentidos outros acerca do que é mobilidade, que

configuram aquilo que é da ordem do social: as vivências e relatos que dizem de experiências de mobilidade humana num plano comum. A. nos diz que "sem mediações a mobilidade não rola. A mobilidade é sobretudo uma ação subjetiva intrinsecamente ligada às mediações".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância ressaltar que foi no decorrer da extensão que, a partir do intercâmbio de diferentes histórias e saberes, um certo modo de pesquisa e apreensão de questões que perpassam a deficiência e a mobilidade humana foram se moldando.

A demanda que levou o grupo de extensão a conjecturar as rodas de conversa como dispositivo de acesso ao campo não surgiu do nada, mas a partir da proposição de pensar o acesso e a mobilidade dos pacientes aos centros de referência em reabilitação. A estratégia inicial foi a de realizar um curso para taxistas, de modo que fosse possível além de compartilhar informações acerca das leis sobre acessibilidade, trocar experiências vivenciadas no decorrer da jornada de trabalho. De certa forma, a ideia principal era de fazer com que os taxistas pudessem ali problematizar a questão da acessibilidade no transporte e a mobilidade humana.

Reitera-se aqui a importância das ações de extensão na universidade no sentido de promover a transversalização de saberes e práticas acadêmicas, que por muitas das vezes não conseguem transpor o espaço da universidade. É através de ações extensionistas que a produção acadêmica, que por repetidas vezes se configura apenas como concentração de expertise, é capaz de ser modulada no diálogo com a sociedade. Não obstante, nosso percurso diz também da importância de uma potente aposta na problematização como dispositivo criativo de subversão a qualquer tipo de saber dogmático, de verdade absoluta. O que há são apostas e é importante estar aberto para compreender as possibilidades que destas emanam, bem como tomar eventuais "erros" como potentes desvios, produção criativa de novos caminhos.

Tendo em voga a realização das paraolimpíadas no Rio de Janeiro, um outro ponto interessante foi a conexão deficiência e esporte, na qual M. criticou a ideia difundida de que o deficiente para ser bem-sucedido e exemplo de superação, necessita que sua imagem seja atrelada necessariamente à prática esportiva de alta performance. Importante ressaltar que há também a opção de se utilizar do esporte por outra via, a da satisfação pessoal.

A partir das rodas de conversa, uma outra importante questão levantada foi a da acessibilidade às tecnologias assistivas. É importante pensar estas tecnologias em uma rede de mediações pois a tecnologia em si não resolve nada. O acesso a estas é caro e existe um tempo de apropriação destas tecnologias por parte dos usuários que possuem demandas específicas. Cada

experiência desloca o que é a referência estática de obstáculo. O deslocamento implica em ritmos temporais diversos e diz de uma referência de distância que não pode ser medida geograficamente. A física diz que o caminho mais curto entre dois pontos é uma linha reta, mas na mobilidade humana não é assim. Há obstáculos em múltiplos percursos, no esquadramento mutável da arquitetura do espaço urbano. A ideia é que estas tecnologias possam ampliar as estratégias de mobilidade na cidade, para promoção de autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em junho de 2016.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2014.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Rev. int. direitos humanos., São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, Dec. 2009.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto

Alegre: Sulina, 2009.

PECI, Alketa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CLEGG, Stewart R. A construção do "Real" e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 10, n. 3, p. 51-71, setembro 2006